
Quando seu trabalho de campo é o trabalho de campo dos outros: *outreach* e etnografia

When your fieldwork is other people's fieldwork: outreach and ethnography

Tiago Hyra Rodrigues



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/pontourbe/12848>

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Tiago Hyra Rodrigues, «Quando seu trabalho de campo é o trabalho de campo dos outros: *outreach* e etnografia», *Ponto Urbe* [Online], 30 | 2022, posto online no dia 28 dezembro 2022, consultado o 25 julho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/12848>

Este documento foi criado de forma automática no dia 25 de julho de 2024.



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

Quando seu trabalho de campo é o trabalho de campo dos outros: *outreach* e etnografia

When your fieldwork is other people's fieldwork: outreach and ethnography

Tiago Hyra Rodrigues

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em 26/09/2022 / Original Version 26/09/2022

Aceitação / Accepted 04/11/2022

Cena 1 – Gare de l'Est, Paris, 31/10/2016

- 1 No meio da tarde, um ônibus adaptado estaciona perto da estação de trens, em frente a uma fila heterogênea de quinze impacientes pessoas. Quando a porta se abre, cumprimentos efusivos e um perceptível alívio da tensão que imperava: a metadona chegou. Parte do tratamento de substituição de opiáceos, a metadona, assim como medicamentos, insumos (seringas, kit-estéril) e atendimento ambulatorial, é oferecida diariamente pelo “Bus Méthadone”, mantido pela Associação Gaïa-Paris, nesse e em mais dois locais da cidade. Contando com dois educadores, uma enfermeira e, nesse dia, com o antropólogo que aqui escreve, o objetivo do Bus é oferecer, nos locais de concentração de seu público, tratamento, serviços e insumos, assim como estabelecer relações de confiança que permitam realizar e aprimorar as intervenções.

Cena 2 – Parc de la Villette, Paris, 19/08/2016

- 2 Caminho até o parque com três educadores da *Maison des Copains de la Villette* (MCV). Nos aproximamos de um grupo de cerca de vinte jovens (entre 15 e 25 anos). Os educadores já os conheciam, alguns estariam envolvidos no narcotráfico da região. Os jovens fumavam *cannabis*, bebiam *purple drinks* (mistura de xarope de codeína, antialérgico e refrigerante) e cantavam *rap*. Um rapaz pergunta sobre o jogo de futebol marcado para o dia seguinte. Outro diz que gostariam de gravar seus *raps*, e pergunta se a MCV possui estúdio. Os educadores respondem que não, mas que podem conseguir com uma instituição parceira, desde que os jovens participem ativamente de todo o processo. Com essa proposta e a promessa de que na semana seguinte os interessados compareceriam a uma reunião na MCV, nos despedimos dos jovens e retornamos à MCV, onde os educadores relatam suas atividades na agenda que funciona como diário de campo e marcam a data combinada na lousa da instituição.

Cena 3 – Rua Helvétia, São Paulo, 02/10/2018

- 3 Vestindo o vermelho berrante das camisetas do “Centro de Convivência É de Lei”, acompanho quatro redutores de danos numa incursão ao “fluxo”, local de concentração de pessoas que usam drogas na região da Luz. Um local à vista, mas que não perturbe o movimentado ambiente, é escolhido para instalar uma mesa dobrável. Sobre ela, dispomos piteiras de silicone, protetores labiais, preservativos, panfletos e um galão de 20 litros de água. Em questão de segundos se forma uma enorme fila. Copos plásticos são distribuídos, a água hidrata corpos desgastados pelo calor inclemente. Os redutores de danos oferecem os insumos; uma parte recusa, queria apenas água. Os que aceitam ouvem explicações sobre como usá-los, e alguns iniciam conversas mais aprofundadas: relatam problemas de saúde, violências policiais, falam da família, pedem ajuda para recuperar documentos. Esses são convidados a comparecer ao centro de convivência para receberem acompanhamento. Após algumas horas na chamada “Cracolândia” retornamos à instituição onde, num arquivo *GoogleForms*, os redutores relatam as experiências de campo do dia.

Introdução¹

- 4 Essas cenas têm em comum o que costumamos chamar de trabalho de campo: aquela forma de trabalho que procura observar, estudar ou intervir sobre fenômenos ou populações nos locais onde ocorrem ou estão. Nessas cenas, o trabalho de campo tem um direcionamento preventivo, tanto sanitário quanto social. Mais que isso, trata-se de uma forma específica de trabalho de campo preventivo – chamada de “trabalho de proximidade”, “abordagem de rua” ou “busca ativa”, que os anglo-saxões denominam *outreach* (literalmente, “alcançar”) e os franceses *aller-vers* (“ir em direção a”). A especificidade dessa abordagem está no fato de ser uma forma de trabalho de campo cujos objetivos principais são: pesquisar e intervir sobre fenômenos (e problemas) sociais e sanitários onde ocorrem; oferecer assistência, serviços e insumos àqueles que normalmente não teriam acesso, levando serviços até eles.

- 5 Tal ida ao campo não é aleatória: é baseada no conhecimento gerado durante o trabalho de pesquisa efetuado nesse mesmo processo de ir ao campo. É por meio do contato e das relações estabelecidas com os “usuários”, “assistidos” ou “público-alvo” que as intervenções são, idealmente, elaboradas e aprimoradas. Isso implica não apenas o trabalho de campo (ida ao terreno, estabelecimento de relações e observação) mas também a recolha, compilação e sistematização dos dados e informações obtidas, além do cruzamento desses dados com outras fontes, seu confronto com teorias acadêmico-científicas, a elaboração e o aperfeiçoamento das intervenções e, inclusive, a formulação de políticas públicas baseadas nesse trabalho que alguns, apropriadamente ou não, consideram etnográfico (Joubert, 2005; Joubert *et al*, 2007).
- 6 Em pesquisa anterior (Rodrigues, 2011), descrevi intervenções preventivas da violência e da criminalidade efetuadas por ONGs educacionais nas periferias brasileiras. Tais intervenções são, sobretudo, receptivas: essas ONGs não realizam trabalho de campo ou prospecção de novos “assistidos”. Elas simplesmente se instalam, ofertam seus serviços e esperam que as vagas sejam preenchidas. A demanda é grande e algumas chegam a ter fila de espera. Nas cenas acima, a abordagem é distinta. Em pesquisas recentes², tenho “feito campo no campo dos outros”: realizei trabalho de campo etnográfico com instituições francesas e brasileiras que, em vez de aguardarem que os usuários acessem os serviços que oferecem, vão ao encontro deles, lançando mão do conjunto de abordagens denominado *outreach*³. Tal forma de ação é tanto mais enfatizada quando as populações enfocadas são historicamente “marginalizadas”, “excluídas” e sem acesso aos serviços oferecidos pelas instituições. Para Rhodes (1996), o *outreach* é um método de educação sanitária e de entrega de serviços:

Enquanto a maioria das intervenções é baseada em agências e depende dos indivíduos ‘procurarem ajuda’, o outreach faz contatos com o público-alvo fora das agências. Não espera que os indivíduos busquem ajuda quando se veem com um problema de drogas ou de saúde, mas procura os indivíduos com o objetivo de fornecer educação e serviços. (Rhodes,1996:11)⁴.
- 7 Essa concepção, porém, é parcial. Como afirmei alhures (Rodrigues, 2022), o *outreach*, sem deixar de atuar no plano sanitário, se dedica também a intervir sobre problemas sociais, como delinquência e criminalidade. Rhodes (1996) distingue três tipos de *outreach*: domiciliar (com as equipes visitando as casas), *detached* (não há uma boa tradução em português, mas se refere ao trabalho realizado no espaço público) e o peripatético (realizado em ambientes públicos ou privados e buscando atingir grupos). A estes, Dewson (2006) acrescenta o tipo “satélite” (em que as intervenções são realizadas em um local próprio, próximo do público-alvo, mas sem ser invasivo).
- 8 O emprego de suas técnicas e metodologias tem longa história tanto no campo sanitário quanto no do trabalho social. Privilegiando o contato direto com seus públicos-alvo, seus problemas, suas condições sociais, visando a compreender seus estilos de vida e se valendo da sua experiência prática para elaborar ações e intervenções, essa abordagem apresenta semelhanças com o trabalho de campo etnográfico realizado pelos antropólogos: encontrar as pessoas onde elas vivem, estabelecer vínculos e relações de confiança, aprender seus códigos, suas lógicas, suas linguagens, suas normas coletivas, os significados das palavras, ações e práticas (Joubert *et al*, 2007).
- 9 A intenção deste artigo é relatar brevemente a história dessa abordagem (parte 1), descrever suas principais técnicas, metodologias e sua aplicação no campo da prevenção de problemas sociais urbanos, com ênfase naqueles relacionados às

substâncias psicoativas (parte 2); e repensar suas aproximações e distâncias em relação ao fazer etnográfico (parte 3). Não se trata de igualar (ou não) o outreach e a etnografia. O objetivo é realizar um exercício de reflexividade analítica e metodológica comum na antropologia: repensar nossas próprias práticas e tradições à luz das daqueles com quem trabalhamos.

Pequena abordagem histórica de uma abordagem especializada em abordagens

- 10 As origens do *outreach* são controversas e, certamente, múltiplas. Enquanto alguns o consideram uma continuidade histórica das práticas sanitárias e higienistas europeias do final do século XIX (EMCDDA, 1999), outros remetem suas origens às mobilizações comunitárias norte-americanas dos anos 1940-50, à Escola Sociológica de Chicago e à figura do “animador social”, cujo expoente foi, provavelmente, Saul Alinsky (Coppel, 2002b). Dado o pendor da abordagem a intervir sobre problemas tanto sanitários quanto sociais, ambas opções são plausíveis, assim como sua complementaridade⁵. Em todo caso, podemos perceber ações que vão em direção a um público considerado (as definições variaram com o tempo e as teorias em voga) “carente”, “marginalizado”, “excluído”, “vulnerável”, “em risco” em grande parte das intervenções preventivas sociais e sanitárias ao longo do século XX.
- 11 Na França dos anos 1950, para prevenir a “delinquência juvenil”, nasce o “educador de rua”: membros da comunidade que efetuam, inicialmente de forma beneficente e depois profissional, animações esportivas e culturais em seus bairros. Oriundos dos meios sociais onde atuavam, eram considerados mais aptos a serem reconhecidos e respeitados. Nos anos 1970, somam-se a eles os profissionais da *Prévention Spécialisée* (PS), como os educadores da MCV retratados na cena 2. Esses educadores têm como característica de seu trabalho ir ao encontro dos jovens e estabelecer vínculos de confiança que possibilitem o trabalho preventivo. Voltarei à PS adiante.
- 12 O trabalho de campo direcionado aos usuários de substâncias também não é novidade, tanto no campo acadêmico quanto no da intervenção. Segundo Coppel (2002a), observação *in loco* estaria na própria origem da história da toxicomania. O fato de a observação participante não ter estatuto científico na época não impediu que médicos do século XIX observassem o consumo de ópio, morfina e cocaína fora do consultório, descrevendo formas de consumo e efeitos sobre os corpos. A cada aparição de novas substâncias, modos de uso ou problemas ligados ao consumo, pesquisadores e clínicos se dirigem aos usuários, em campo: morfina em 1880, heroína nos guetos americanos nos anos 1950-60, psicodélicos entre *hippies* nos anos 1960-70, epidemia de HIV em 1980-90, crack em 1990-2000.
- 13 As experiências em Chicago são reconhecidas como modelares do desenvolvimento do *outreach*. No campo acadêmico, a Escola de Chicago teve influência fundamental ao realizar pesquisas junto aos usuários de substâncias. Caracterizada pela pesquisa empírica, pelo trabalho de campo sistemático e pela insistência em produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos (Coulon, 1995), essa Escola formou ou influenciou muitos sociólogos que se dedicaram a compreender quem são, como vivem e como intervir junto às pessoas que usam drogas: a proposta era entender como percebem sua situação, suas dificuldades e problemas, partindo dos

pressupostos de que elas, melhor que ninguém, detém as “chaves” para compreender os sentidos de suas condutas (Coppel, 2002a, 2002b).

- 14 Chicago também foi importante no desenvolvimento do *outreach* em uma perspectiva aplicada: nos anos 1960, as tensões raciais na cidade se somam à explosão do consumo de heroína. Um jovem psiquiatra, Patrick Hughes, desiludido com os tratamentos baseados na internação, decide intervir: em um bairro negro e pobre, Hughes abre um centro de cuidados clínicos, oferece tratamentos de substituição à base de metadona e terapias de baixa exigência. Poucos usuários se apresentam e, para compreender o que acontece no bairro, ele apela para a etnografia e para a epidemiologia. Como os pesquisadores encontraram dificuldades de inserção em campo, Hughes monta uma equipe composta de usuários de heroína da região: denominada equipe de *outreach*, tem como missão atingir aqueles sem acesso aos serviços, os atraindo para a clínica e para o tratamento (Hughes, 1977; Coppel, 2002b). O início é difícil: um membro da equipe tem recaídas frequentes, outro se revela pouco confiável; foi preciso que Hughes encontrasse um usuário antigo, respeitado por todos, para que a equipe se estabilizasse. A ação, realizada entre 1968 e 1974, se tornou referência. Graças a informantes confiáveis e a uma reflexão sistemática sobre as informações obtidas pela equipe de rua e pelos epidemiologistas, Hughes e sua equipe acabaram por ter um conhecimento privilegiado das dinâmicas do bairro, da organização do tráfico, das relações com a polícia, dos usuários problemáticos ou ocasionais. Tal conhecimento ajudou a controlar o que Hughes chamava de “endemia” na região.
- 15 A equipe que se mobiliza contra o HIV/AIDS em 1985, na mesma Chicago, é herdeira direta dessa intervenção. Elaborando um modelo de intervenção que apela para os “líderes nativos” (*indigenous leaders*), a ação foi essencial para lidar com a propagação do vírus entre os usuários de drogas injetáveis (Coppel, 2001). Desta vez, não se tratava apenas de atrair os usuários para os serviços, mas de pesquisar, no campo, com os usuários, as melhores formas de prevenir a doença (Coppel, 2002b). Os saberes práticos e experienciais dos usuários foram fundamentais para compreender as dinâmicas de assunção de riscos e elaborar intervenções preventivas.
- 16 Nesse sentido, a epidemia de HIV entre os injetores obrigou a prevenção a se reinventar, levando a uma “aliança” entre o *outreach* e a redução de danos (*harm reduction*) (Cavalcanti, 2001). As estratégias da *harm reduction* foram utilizadas inicialmente para limitar a transmissão de infecções como hepatites ou HIV entre os usuários de substâncias injetáveis. Sua ação foi depois ampliada a um cuidado mais global dos usuários, tendo em conta os diferentes riscos sanitários em função dos produtos, das pessoas e dos ambientes (o que exige conhecimento dos contextos de uso, das práticas, das “cenas” e modos de consumo). Para tanto, a *harm reduction*, tal como o *outreach*, privilegiou o contato direto com os usuários, seu ambiente, seus problemas, suas condições sociais, tentando compreender seus estilos de vida e se valendo de suas experiências para elaborar ações e intervenções.
- 17 A epidemia foi um catalisador para mudanças nas abordagens relativas ao uso de drogas, levando a uma maior ênfase na saúde pública, nas formas de efetuar mudanças comportamentais nos usuários, na necessidade de alcançar populações “ocultas” ou invisibilizadas. A partir de então, diversas instituições e políticas públicas, por todo o mundo, combinam *outreach* e redução de danos com finalidades preventivas sociais e sanitárias. Os objetivos do trabalho de *outreach* foram expandidos e passaram a incluir práticas mais seguras de consumo e o sexo seguro (EMCDDA, 1999), sempre

privilegiando o estabelecimento de vínculos, relações e diálogo com o público-alvo, e se valendo de sua experiência prática e inserção no terreno.

- 18 A próxima seção descreve algumas técnicas e metodologias de *outreach* e sua aplicação no campo da prevenção de problemas sociais, em especial naqueles relacionados às drogas.

Trabalhando em campo: abordagem, vínculo, relação

- 19 Diversas instituições fazem ações de *outreach* direcionadas a pessoas que usam drogas. Acompanhei o trabalho de algumas na França e no Brasil, como a Associação Gaïa-Paris, descrita na Cena 1; a EGO (*Espoir Goutte d'Or*) que faz intervenções com pessoas em situação de rua e usuários de drogas em Paris; o Centro de Convivência É de Lei, que faz trabalho semelhante na região central de São Paulo; ou a Techno+, que faz intervenções preventivas em festivais e “raves”. Mas qual seria a especificidade de – e as metodologias e técnicas utilizadas em – tais trabalhos de *outreach*?
- 20 Obviamente, devem ir aos locais onde está o público que querem atingir. A Gaïa-Paris se vale de seu ônibus para realizar uma forma de *outreach* que combina o tipo satélite de Dewson (2006) com o *detached* de Rhodes (1996): o “Bus” tem horários definidos para estacionar, diariamente, em três locais de histórica concentração de seu público (*Gare de l'Est, La Chapelle e Place de la Nation*). No entanto, não estaciona em frente às cenas de uso, mas em um local próximo a elas, facilitando o acesso sem ser invasivo.
- 21 No caso da EGO, os profissionais da equipe de rua organizam as *maraudes* (termo que designa, entre outras coisas, o ato de um taxista rodar lentamente à procura de clientes). Trata-se de percorrer as ruas e os locais de concentração do público-alvo. Esta ação não é, no entanto, aleatória, tal como também não é aleatória a *maraude* do taxista parisiense. Ambas são guiadas pelo conhecimento prévio do terreno, do comportamento do público, das dinâmicas e fluxos da cidade. E esse conhecimento prévio se adquire no próprio ato de realizar o trabalho de campo, de sair ao encontro das pessoas, de estabelecer relações e coletar informações. O trabalho de campo se retroalimenta, gerando novos entendimentos e compreensões, aprofundando o conhecimento dos agentes sobre o território e seus habitantes.
- 22 Os redutores de danos do É de Lei realizam dois tipos principais de outreach: na região da Cracolândia, se instalam em meio aos usuários, conforme descrito na cena 3; mas realizam também um trabalho de campo mais “itinerante”, quando partem para um circuito frouxamente definido pela região do Glicério e do Parque Dom Pedro, visitando cenas de uso já conhecidas e prospectando novas. Desembaraçados da mesa e da água, andam apenas com mochilas e pochetes com insumos (manteiga de cacau, piteiras de silicone para cachimbos, preservativos, panfletos). Se empenham em conhecer e conversar o máximo possível com aqueles que encontram nas ruas, tendo por objetivo o que os redutores de danos chamam de “estabelecimento de vínculo”, ou seja, a criação de uma relação de confiança e respeito mútuos. Em uma publicação da entidade⁶, os redutores afirmam que “*predominam como principais estratégias de vinculação a distribuição de insumos, o respeito pelo tempo do outro, a escuta qualificada e sensível às necessidades do outro e a exploração curiosa pelo território e pelas pessoas que ali habitam*” (Pupo et al, 2018:5). Segundo os redutores, é o vínculo que possibilita oferecer diferentes formas de

cuidado – com o corpo, com a saúde física e mental, com os direitos frequentemente violados.

- 23 Em relação à abordagem do público, as técnicas utilizadas pelos profissionais variam de acordo com os diversos contextos em que atuam. A Techno+ depende do calendário das festas nas quais intervém. Nestas, montam uma tenda que, além de uma área com *puffs* e almofadas para acomodar aqueles que passam mal ou estão cansados, conta também com uma mesa ou balcão em que expõem seus insumos. A abordagem é estratégica, já que nos ambientes festivos as pessoas querem se divertir, e não escutar sobre prevenção ou questionar suas práticas. Por isso, o contato se inicia por gestos aparentemente anódinos, como oferecer uma bala ou um copo d'água àqueles que se aproximam. É o que chamam de “gancho” ou “isca”. Com um contato mínimo estabelecido pela oferta, pode ou não seguir-se uma conversa, sobre qualquer tema: roupas, futebol, clima; ou assuntos mais direcionados ao ambiente em que se encontram (o que é facilitado pelos agentes serem, também, pares e frequentadores) – falam dos equipamentos de som, dos DJs, do último festival... Em certo ponto da conversa, forçosamente a pessoa pergunta: “Mas o que vocês estão fazendo aqui?”. Apenas nesse momento, quando já estabeleceram uma relação, os agentes de prevenção explicam a intervenção. Um apanhado de suas frases costumeiras, registradas em meu caderno de campo: “Temos um espaço de descanso, temos panfletos sobre as substâncias que nós mesmos fazemos, fazemos testagem dos produtos com reagentes químicos, temos protetores auriculares, preservativos, canudos descartáveis para inalar substâncias, pegue quantos quiser, distribua”.
- 24 Na EGO e no É de Lei, a busca pelo público é mais ativa, visitando cenas de uso conhecidas, prospectando novas cenas a partir de informações recolhidas em campo e, claro, abordando as pessoas na rua, atividade que requer muito tato e sensibilidade. É uma questão delicada saber quando abordar ou não: requer experiência para reconhecer e elaborar as chamadas “percepções hápticas” que Cefaï (2010; 2014) analisa. Objeto de longo aprendizado profissional e raramente verbalizadas, trata-se daquelas percepções que “*não há palavras para dizê-lo*” (2010:83). O aperto de mão pode ser revelador:
- “É ao mesmo tempo um rito de interação que abre a sequência do encontro, uma garantia das disposições pacíficas das duas partes e uma maneira de estreitar o laço, um gesto de humanidade. [...] Um aperto de mão é eloquente. Para os agentes, já é uma maneira de saber se a pessoa está de fato aí, se é capaz de se engajar numa relação interpessoal, se confia suficientemente para se arriscar a tocar em outra pessoa [...]. Esse contato háptico se inscreve, ele mesmo, na totalidade do trabalho de abordagem, no qual se realiza toda uma comunicação não-verbal. Aproximar-se sem parecer ameaçador. Ponderar se é um bom ou mau momento. Não interromper uma atividade em processo. Não se interpor numa discussão animada. Declarar sua identidade. Agachar-se, sentar-se ou ajoelhar-se para ficar na mesma altura. Não olhar de cima, manter um contato visual, ouvir bem o que é dito. Encontrar a distância adequada, nem perto demais, nem longe demais” (Cefaï, 2010:83-86).
- 25 Para Cefaï, os membros das equipes são, “*sem querer, microssociólogos. Praticam a ‘quinestesia’ e a ‘proxêmica’ sem se dar conta*” (2010:87), ou seja, especialistas em comunicação não verbal, em linguagem corporal e na percepção das distâncias entre as pessoas durante as interações. Da mesma maneira que não se entra em um jantar de gala sem recomendação ou sem saber se portar de maneira condizente, não se aborda uma pessoa usando drogas na rua sem dominar uma certa linguagem oral e corporal. Para “entrar em campo”, é preciso dominar as regras de etiqueta e interação antes de

pretender estabelecer uma relação de confiança. E isto, mais uma vez, é possibilitado pela própria prática do trabalho de campo. Não há cursos ou escola para tanto. Os agentes de prevenção novatos aprendem pela observação das técnicas e métodos empregados pelos mais antigos, durante o campo. Ficam na retaguarda, observam exemplos, fazem perguntas. Parte grande de seus saberes profissionais é gerada na prática, e exige um conhecimento dos contextos em que atuam. A metodologia propriamente dita é pouco ou nada formalizada, já que as interações e contextos variam muito. Também não existe uma terminologia precisa. Para Cefai, os agentes funcionam, em larga medida, na base do “*feeling*”, recorrendo ao aprendizado corporal, à captação de atmosferas afetivas, às “*fisionomias situacionais que eles captam sem refletir. Uma parte de seu saber é fundada na experiência e se dá sob o modo da passividade, à sua revelia*” (Cefai, 2010:96).

- 26 Eles aprendem pela experiência, mas também pelo contato com as populações com que trabalham. Em campo, além do atendimento que oferecem, buscam junto ao público as respostas que, em termos de cuidado ou prevenção, melhor lhes convém. Como afirma Coppel (2002a), o princípio que funda a *Harm Reduction* e o *outreach* é a negociação com os usuários, dado que são eles os únicos a poderem reduzir os riscos de suas práticas, e os melhores conhecedores destas. Para os redutores, “ir ao encontro” dos usuários não é apenas rastreá-los: é também aceitar o princípio de uma troca, incluindo-os na elaboração das intervenções, mostrando aos agentes de prevenção quais técnicas, tratamentos e insumos são mais úteis e eficazes, ou não. Um exemplo, ocorrido tanto na EGO quanto no É de Lei, é o dos cachimbos de crack. Como os usuários utilizavam instrumentos improvisados e com potencial de danos à saúde (como latas de alumínio), os técnicos elaboraram⁷ e distribuíram cachimbos considerados mais apropriados. Nas duas ONGs, por motivos diferentes, os cachimbos foram rejeitados: gosto ruim, dificuldades de equilibrar a dose, facilmente quebráveis, etc. A solução foi incluir os usuários no processo de *design* dos cachimbos, unindo seu saber experiencial ao saber técnico-científico dos agentes de prevenção, resultando em novos modelos, na testagem de materiais (como vidro e cobre) e na criação de insumos (como a piteira de silicone).
- 27 Outra instância da colaboração entre os diferentes saberes no processo de construção das intervenções preventivas é a exploração de novas tendências de consumo e do surgimento de novas substâncias. Rastrear, conhecer os efeitos e os modos de consumo das substâncias até então desconhecidas (como os *purple drinks* da cena 2, ou as “drogas de síntese” comuns nos ambientes em que atua a Techno+) é um requisito para entrar em contato com o público, mas esse saber, paradoxalmente, só é possível por meio desse contato.
- 28 Conforme mencionado, as instituições que praticam *outreach* não se limitam a intervir sobre problemas sanitários. Algumas, como a MCV, foram criadas para atuar junto aos jovens ditos “vulneráveis” ou “em risco”. A MCV faz parte de um conjunto de associações francesas com direcionamento preventivo, a *Prévention Spécialisée* (PS), cujo objetivo é “restaurar o vínculo social de jovens em vias de marginalização” (DASES, 2011:4). A PS é caracterizada pelo mandato territorial não-nominativo, pela livre adesão (não é um juiz que determina que um jovem deve receber a atenção do educador, as atividades não são obrigatórias), e pelo respeito ao anonimato dos participantes.
- 29 Os educadores especializados têm, como característica de seu trabalho, colocar “o jovem em dificuldade no centro de uma relação que, para ser eficaz, deve se construir no tempo e se basear na confiança” (Ibid:6). Tal relação começa, em geral, na rua. Os educadores

efetuem um trabalho de campo paciente, regular, que permita uma observação fina do bairro, de seus problemas e da maneira pela qual os jovens o ocupam, procurando estabelecer relações com os jovens, mas também com as famílias, vizinhos, policiais, professores. O relato do diretor da MCV é esclarecedor das dinâmicas:

“Na ausência de mandato nominativo, dependemos da livre adesão. E a livre adesão é a capacidade dos educadores, no trabalho de rua, de ir ao encontro dos jovens que vivem ou que estão regularmente neste território e, pouco a pouco, construir uma relação de confiança e atraí-los. E os atraímos através daquilo que chamamos ‘suportes educativos’... desculpas educativas, na verdade. Geralmente, são passeios e viagens. É o gancho. [...] A ideia é partir do grupo, do lazer, mas em seguida cair para o individual e para as problemáticas. Como o jovem já estará em uma relação de confiança com o educador, a um dado momento ele vai poder lhe confiar sua história e pedir ajuda.” (Entrevista com Yann LeCouturier, 28/09/2016).

- 30 Quando conhecem jovens envolvidos com drogas ou tráfico, os educadores não iniciam tocando nesses assuntos, que surgirão apenas quando o “vínculo” estiver estabelecido, quando uma relação de confiança for travada. As atividades, frequentemente, representam um suporte relacional à missão da PS, que é a de estar perto dos jovens, falar sobre assuntos aparentemente banais, mas às vezes bem profundos, ser o adulto que os conhece, que passa tempo com eles e que pode, a partir disso, ser reconhecido como “pessoa de apoio” que poderá ajudar em caso de crise ou dificuldade. Isso, claro, depende de uma postura aberta e dialógica do educador, de seu conhecimento das dinâmicas do bairro e dos jovens, de sua habilidade em negociar estratégias de baixa exigência sem ser permissivo, e de sua capacidade de construir vínculos relacionais e de confiança. Nesse processo de estabelecimento da confiança, o anonimato garantido aos jovens é essencial: a PS não é obrigada a manter registros dos jovens, não exige seus nomes verdadeiros e é isenta de fornecer informações aos órgãos de controle e justiça (Rodrigues, 2019).
- 31 A partir daí, os profissionais da prevenção tentam aconselhar os jovens a não investirem todo seu tempo no uso ou no tráfico e a manterem uma atividade paralela com o objetivo de lhes oferecer experiências formadoras, oportunidades profissionais e, sobretudo, a possibilidade de (re)construírem sua autoestima e desenvolverem suas “competências psicossociais” (Rodrigues, 2022). Para tanto, as equipes da PS se empenham em encontrar atividades que atraiam os jovens, se baseando em seus desejos, preocupações e vivências. Em uma dinâmica semelhante à descrita na cena 2, os educadores contataram, estabeleceram relações e convidaram grupos de jovens envolvidos com tráfico a realizarem projetos audiovisuais, com o apoio técnico das associações. Tais projetos deram origem a curtas-metragens exibidos em uma sessão de gala em um cinema parisiense. Um deles alterna *clips* de *rap* com uma história inspirada nas experiências dos jovens, mostrando o dilema de um rapaz que, ao mesmo tempo em que recebe propostas para entrar no narcotráfico, sofre humilhações enquanto procura um emprego formal. Em outro filme, cenas do pesadelo de uma adolescente se alternam com os jovens refletindo criticamente sobre suas preocupações: a ansiedade da vida no tráfico, o consumo de drogas, o dinheiro sujo que não podem gastar, a violência, a polícia.
- 32 Vários pontos nos interessam aqui: o trabalho de *outreach* que possibilitou a realização; a implicação dos jovens na elaboração das propostas; o fato dos filmes partirem das preocupações, desejos e experiências deles; a estratégia de “baixa exigência”, que não exigia nem abstinência das substâncias, nem que se ausentassem do tráfico; e,

finalmente, o potencial de (re)construção da autoestima, visibilidade e reconhecimento trazidos tanto pelos filmes quanto pelas sessões de exibição, em que foram tratados como estrelas.

- 33 Assim, as práticas preventivas efetuadas pelas instituições pesquisadas, se apoiando nas metodologias do *outreach*, ancoradas no estabelecimento de vínculos, de relações de confiança e na troca de saberes, colocam os sujeitos atendidos, suas vivências, experiências, desejos e necessidades no centro da elaboração de suas propostas de intervenção.

Campos em campo

- 34 Ao longo deste texto, apareceram sugestões sobre as relações entre o *outreach* e o trabalho de campo, assim como insinuações sobre se tal trabalho poderia ser considerado etnográfico, nos moldes antropológicos. Pela descrição de (algumas) práticas de *outreach*, tentei mostrar como suas intervenções “em campo” necessitam, para serem eficazes, do conhecimento das regras, normas, práticas, linguagens, etc, presentes nos locais que atuam e nos públicos que atendem. Além disso, expus como esse conhecimento necessário para ir ao campo se adquire no próprio processo da ida ao campo, no estabelecimento de relações de confiança e na interação com os “atendidos”. Inegavelmente, há relações entre o trabalho de *outreach* e o fazer etnográfico, e esta seção tem como objetivo repensar suas aproximações e distâncias.
- 35 Algumas ressalvas, no entanto, se fazem necessárias, dado o potencial de polêmica que surge nos meios antropológicos quando se fala de etnografia. Não é minha intenção exaurir o debate ou tirar da cartola uma “definição definitiva” de etnografia ou método etnográfico – me limitarei a expor a forma pela qual entendo alguns pontos importantes do debate antropológico. Creio também que não cabe a mim dizer se o trabalho dos profissionais do *outreach* é etnográfico ou não – me contentarei em, levando a sério a provocação de Joubert, expor a forma como vejo suas relações, semelhanças e diferenças. A pretensão é fazer *outreach* e etnografia dialogarem entre si, fazer com que as práticas de uns despertem a reflexividade dos outros sobre suas próprias técnicas e metodologias, e vice-versa. Para tanto, é necessária uma discussão sobre o que seria uma etnografia nos moldes antropológicos⁸. Aliás, o que seria antropologia?

Antropologia, etnografia, método

- 36 Como afirmei em outra ocasião (Rodrigues, 2011), a antropologia é uma ciência eminentemente dialógica, dirigida ao estudo da alteridade, que coloca em relação diferentes formas de ver, viver e interpretar o mundo, sem dar preferência ou preponderância a nenhuma das perspectivas encontradas. Ao contrário, procura articular pontos de vista (os “nossos” e os “deles”, sejam quem forem) com o objetivo de mostrar que as visões que temos de certos fenômenos são, muitas vezes, embotadas pela nossa vivência cultural, e que a perspectiva dos outros pode nos fazer perceber nuances que nos escapam devido a tal embotamento. Descentrando nossas concepções pelo contato com as concepções dos “outros”, a antropologia nos leva também a descentrar nossa própria posição como sujeitos de conhecimento isolados, permitindo nossa reconstrução como sujeitos que apenas podem se entender como tais sabendo-se

em relação com outros sujeitos. Como afirma Oliveira (2009:8), “*um cogito relacional, portanto. Ao invés do ‘penso, logo existo’: outro pensa, logo existo*”. Ou, nas palavras de Ingold, o que distingue a antropologia é que ela “*não é um estudo de, mas um estudo com. Antropólogos trabalham com pessoas*” (Ingold, 2011:238). A ideia é, portanto, fazer dialogarem visões de mundo, conceitos e interpretações de diferentes grupos, sejam eles sociedades indígenas, grupos profissionais, acadêmicos ou donas de casa. Para captar tais percepções, significados e interpretações, o que os antropólogos fazem, em geral, é ir em direção a esses “outros”, ou seja, fazem trabalho de campo: utilizando variadas técnicas e metodologias, estabelecem relações, se habitua a padrões de interação, observam e coletam informações.

- 37 Antropólogos não são famosos por concordarem sobre o que é etnografia, mas está claro que para eles se trata de algo mais que uma mera técnica de coleta de dados: “descrição densa, microscópica, interpretativa” (Geertz, 1989), “ideia-mãe da antropologia” e “teoria vivida” (Peirano, 1991;2008), “método próprio de trabalho da antropologia em sentido amplo” (Magnani, 2009), “experiência epistemológica e ontológica” (Rocha, 2006), “paradigma científico” (Lopez, 1999) e “trabalho de campo fixado em texto” (Marcus & Cushman, 1982) são algumas formulações.
- 38 A depender do autor e do momento, o termo “etnografia” é usado como sinônimo do método qualitativo de trabalho de campo; do processo investigativo como um todo; do texto monográfico antropológico em si; ou ainda de um “*processo epistemológico que vai do campo ao texto*” (Rocha, 2006:100) – e é interessante notar que esses sentidos não são considerados mutuamente excludentes. Seja como for, a etnografia está de tal forma ligada ao fazer antropológico que se tornou sua marca disciplinar. Apesar de antropólogos de destaque (Ingold, 2011;2017; Peirano, 2014) afirmarem categoricamente que etnografia não é método, foi por meio de seu acoplamento ao trabalho de campo e de sua cristalização enquanto “método etnográfico” que ela alcançou notoriedade acadêmica, legitimidade científica e se tornou, para muitos, o eixo disciplinar da antropologia.
- 39 Grande parte dos antropólogos do século XIX e início do XX se valia dos relatos de viajantes e missionários para realizar suas análises e generalizações. Antropólogos renomados como James Frazer nunca chegaram a ver um “nativo”, sendo chamados de “antropólogos de gabinete”. Os relatos que obtinham nem sempre eram confiáveis, e em geral não continham todas as informações que gostariam. Apenas nos anos 1920 Bronislaw Malinowski (1976) une o etnógrafo/descritor/pesquisador de campo com o etnólogo/antropólogo/construtor de teorias, sistematizando a etnografia como processo de pesquisa baseado na observação participante e na articulação dos dados obtidos por esta via com a teoria (Clifford, 1988). Ele apresenta a imagem do novo antropólogo: numa ilha distante, rodeado da sociedade que estuda, observando, ouvindo e questionando; registrando e interpretando a “vida nativa” por meio da teoria antropológica. É assim que Malinowski estabelece o método etnográfico: unindo a recolha de dados e a teoria, refutando o gabinete, transformando o antropólogo/etnógrafo num autoinstrumento de pesquisa (Silva, 2000), e defendendo a legitimidade científica da observação participante. Com essas inovações e uma boa gama de truques retóricos (Clifford&Marcus, 1986), Malinowski virou um ícone para a antropologia, e sua obra um modelo. A partir dela, etnografia, método etnográfico, observação participante e trabalho de campo qualitativo, embora não sejam sinônimos, passam a integrar um mesmo campo semântico e epistemológico.

- 40 Silva (2000) lembra que Malinowski associou etnografia à magia: “Qual é, então, esta magia do etnógrafo, com a qual consegue evocar o verdadeiro espírito dos nativos numa visão autêntica da vida tribal?” (Malinowski,1976:24). Embora não ensine a magia, ele apresenta os truques da observação participante: conviver longamente com os pesquisados, acompanhar suas atividades, aprender a língua, selecionar informantes, observar cuidadosamente o que as pessoas fazem e dizem; e anotar, registrar tudo que for capaz. Nesse sentido, como o sufixo indica, etnografia é indissociável da escrita. Apesar da progressiva introdução de recursos tecnológicos, manter diários e cadernos de campo continua sendo a técnica emblemática do ofício do etnógrafo. Segundo Silva (2000:64), neles o etnógrafo procura registrar e construir, “aos poucos e precariamente”, suas observações, sua primeira leitura dos grupos que investiga, seus *insights*, dúvidas, perplexidades. O diário é fundamental porque permite ao pesquisador a reflexividade, ao evidenciar a mudança de sua visão sobre as relações pesquisadas. Para Fonseca (1999:61) o etnógrafo chega no campo com algumas perguntas ou hipóteses, mas estas podem e devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados. Muitas vezes o problema enfocado sofre uma transformação radical em função de preocupações que só aparecem durante o campo ou mesmo após seu fim, nas releituras do diário.
- 41 Para Viveiros de Castro (1992), os antropólogos são unânimes em afirmar que sua ciência não se define por um objeto, e sim por um método, o etnográfico; mas há controvérsia sobre em que consiste e quais seus moldes. Cefaï (2011;2013) e Erickson (1989) concordam que o critério mais pertinente para caracterizar uma pesquisa como etnográfica é a realização de observação participante de longo prazo no cenário estudado, para que o pesquisador – “seja ele sociólogo, antropólogo, cientista político, geógrafo” (Cefaï, 2013:101) – familiarize-se com os padrões rotineiros de ação e interpretação dos participantes. Para Cefaï, é necessário que o pesquisador se “implique de corpo e alma no contexto da experiência e nas atividades de seus interlocutores” (2011:3-4), “familiarize-se com formas de vida e jogos de linguagem” (2013:101-102): para tanto, deve “imerso” no grupo; se iniciar em espaços de interação, dos quais será excluído se não conseguir manejar suas gramáticas, rituais e convenções; deve conquistar confiança, estabelecer relações; deve desenvolver capacidades específicas para interagir, observar, escutar e registrar aquilo que presencia. E não deve separar, no texto final, a descrição da análise, nem aplicar uma teoria externa a seus dados: ao contrário, deve gerar categorias e análises fundadas na experiência de campo (Cefaï, 2013). Segundo Erickson (1989), assim é possível aproximar-se dos significados, das maneiras como as pessoas veem a si mesmas, suas experiências e o mundo que as cerca. Para ele, a ênfase no significado local e no ponto de vista dos pesquisados é critério essencial para a etnografia.
- 42 Analisando o que seria esse “ponto de vista do nativo”, Geertz (1997) afirma que há duas formas de se conceituar uma experiência: a “experiência próxima” e a “experiência distante”. Um conceito da primeira seria aquele que alguém – um “nativo”, um informante, enfim, um sujeito – usaria normalmente para definir aquilo que seus semelhantes veem, sentem, pensam, etc, e que ele próprio entenderia se outros assim o utilizassem. Um conceito da segunda seria aquele que especialistas de qualquer tipo – analistas, pesquisadores – utilizam para levar a cabo seus propósitos. Os primeiros geralmente se aproximam mais das experiências concretas dos atores, enquanto os segundos, mais abstratos, se aproximam de teorias ou formulações com

objetivo de provar algo, sendo mais dissociados da realidade vivida. O ideal do trabalho etnográfico seria aquele em que o etnógrafo consegue combinar seus conceitos de experiência-distante com os de experiência-próxima do “nativo”, gerando maior compreensão mútua. Segundo Peirano (1995:48), é na sensibilidade para esse diálogo entre teorias acadêmicas e saber local que está o potencial de riqueza da etnografia: o trabalho de campo amplia a área de captação de novas categorias, que só são identificáveis no encontro e convivência com os sujeitos, pela imersão em seu cotidiano e aprendizado de seus modos de vida e esquemas simbólicos.

“A natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o ‘concreto vivido’”.

(Magnani, 2002:17)

- 43 Como afirma Peirano, a “pesquisa-cum-teoria” define o empreendimento antropológico (1991:7), e toda etnografia é também teoria (2014), apesar da tendência que a vê apenas como o método genérico da antropologia, esvaziando-a de significado ou condenando-a por pouco teórica. Realmente, a etnografia foi, por muito tempo, bastante mal vista nas ciências sociais: subjetiva demais, inverificável, irreproduzível, uma “*ciência social do minúsculo, uma arte miniaturista, fechada em uma microanálise de pequenas situações, incapaz de abordar grandes estruturas ou grandes processos históricos*” (Cefai, 2013:119), cuja atuação se restringiria a fornecer “material empírico” para que antropólogos e sociólogos fizessem generalizações, teorizações e comparações. Ou pior, a servir de ilustração para teorias geradas em outros âmbitos (Cefai, 2014). Hoje, após décadas de reflexão e críticas epistemológicas dentro da própria antropologia, a etnografia reivindica uma posição de vanguarda na renovação dos métodos de pesquisa não apenas nas ciências sociais acadêmicas, mas também em áreas díspares como o campo da saúde (Nakamura, 2011), a pesquisa de mercado, o associativismo civil e a avaliação de políticas públicas (Magnani, 2009). Peirano (2008:3) revela sua surpresa num congresso ao ver como a etnografia está na moda e ao ouvir que “*todos podem ‘fazer etnografia’, e a todos é desejável uma ‘perspectiva etnográfica’*”.
- 44 Mas, para Magnani, neste *revival* da etnografia o interesse não é propriamente por ela (ou pela antropologia), mas “*pelo método que comumente se entende ser sua marca*” (2009:132). Mesmo nos meios antropológicos, é tremendamente comum autores utilizarem “etnografia” e “método etnográfico” como sinônimos. Novamente lembremos que, tecnicamente, estes são conceitos diferentes e que não há consenso sobre a etnografia ser um método: “*como todo esforço artesanal, a etnografia tem os seus métodos – as suas regras de procedimento, seus modos de trabalhar – mas não é um método*” (Ingold, 2017:24) – ainda que seja amplamente reconhecida, difundida e mesmo estimulada enquanto tal. Como afirma Uriarte (2014), entendida apenas como método, ela estaria acessível a qualquer pesquisador em busca de algum.
- 45 Mas Peirano (2008) defende que a etnografia é mais que um método, é a “teoria vivida” ou a “teoria em ação”. O fazer etnográfico é intrinsecamente ligado à teoria que informa o olhar do pesquisador, e não “*um conjunto formal de meios processuais concebido para satisfazer os fins da investigação antropológica*” (Ingold, 2011:240). Nesta perspectiva, a

pesquisa etnográfica pode utilizar e combinar diversos métodos, procedimentos e técnicas mas, segundo Cefai (2011), praticamente em todos os casos a reflexão está enraizada numa coleta de dados *in vivo*, na constituição de relações com os sujeitos, e na recusa de explicações cujas categorias e hipóteses não estejam ancoradas numa experiência de primeira mão.

- 46 Mas e quando a antropologia deixa as ilhas distantes e povos isolados para estudar os problemas dentro de sua própria sociedade? Não retraçarei aqui a história da antropologia urbana mas, como vimos, um dos primeiros passos nesse sentido foi dado pela Escola de Chicago. À pesquisa empírica aprofundada e à imersão em campo, foi somada a ambição de resolver problemas sociais concretos. Afinal, a antropologia estuda problemas, e não povos, como disse E. Evans-Pritchard; mas seus problemas são aqueles dos povos com que estuda – problemas postos por esses povos para si mesmos e, portanto, para os antropólogos (Peirano, 1995). Se a antropologia “clássica” estudava as instituições centrais da sociedade pesquisada, a antropologia urbana parece se interessar mais pelas margens e pelos problemas daqueles que nelas estão, focalizando prioritariamente pontos de tensão social, conflitos e populações “marginalizadas”, “vulnerabilizadas”, “em risco”.
- 47 Lidando mais diretamente com problemas e conflitos, se descortina para o pesquisador uma série de questões sobre a relevância científica e, principalmente, social de suas pesquisas; assim como sobre o grau de comprometimento e engajamento político-social que apresenta. A cobrança mais marcante é a demanda dos sujeitos por uma ação concreta do pesquisador em relação ao problema social que estuda. O etnógrafo é visto como um ponto de contato entre o grupo (com suas carências, necessidades etc.), a universidade e a sociedade mais ampla e, assim sendo, teria a obrigação de ajudar de toda forma possível a resolver os problemas locais. A simples relevância teórica e científica do trabalho de pesquisa não é suficiente. Sua pesquisa tem que “voltar para a comunidade”, não apenas no sentido de lhes apresentar a descrição e análise finais, mas também, e principalmente, no sentido de lhes trazer, se não uma efetiva transformação de suas condições de vida, ao menos algum benefício, serviço, assistência, ajuda, colaboração (Rodrigues, 2011). Coloca-se de modo agudo a questão do “retorno dos resultados”: os antropólogos devem descobrir uma aplicação imediata e direta dos resultados de suas pesquisas, e, quando isto não ocorre, tendem a substituí-la por uma ação (muitas vezes assistencialista) junto à comunidade. Durham (1986:26-27) nota o que chama de desvio semântico na observação participante em contexto urbano: numa formulação caricatural, ela afirma que passamos da “*observação participante*” para a “*participação observante*”, resvalando para a militância.
- 48 Para muitos que pesquisam na área dos problemas sociais, a “participação observante” se impõe como meio de se aproximar, “seduzir”, estabelecer relações e conseguir a confiabilidade necessária dos sujeitos para que a pesquisa se realize. A construção de relações, especialmente daquelas em que se cria uma confiabilidade mútua, é essencial nesse campo e, para que estas relações se firmem, é preciso “mostrar trabalho”. Em minhas pesquisas, para ter acesso às instituições, além das indicações, referências, apresentação do projeto, da “sedução” e de toda a negociação, eu trabalhei como voluntário em várias; fiz relatórios e diagnósticos para outras; em uma delas “trocaram” minha inserção por uma palestra; diversas nada me exigiram. De toda maneira, o que se apresenta é uma demanda, cada vez maior, por uma antropologia (e uma etnografia) mais “aplicada”, direcionada à solução de problemas concretos.

Aproximações e distanciamentos

- 49 Temos agora pistas para discutir as proximidades e distâncias entre as práticas do *outreach* e o trabalho etnográfico/antropológico. Começo ressaltando as semelhanças. Tanto etnógrafos quanto os profissionais de *outreach* pesquisados praticam trabalho de campo, com o objetivo de estudar, descrever, compreender e/ou intervir. Rejeitam o gabinete, preferindo a observação participante ou participação observante, buscando uma visão “de dentro”, que inclua o ponto de vista “nativo”, mesmo que por meio de informantes privilegiados. Desenvolvem, de acordo com o contexto no qual tentam se inserir, técnicas para entrarem em campo e serem aceitos, estabelecendo e cultivando as relações de confiança, sem as quais o trabalho é impossível. Para tanto, realizam negociações com as populações, como nos atestam tanto as estratégias da PS com os jovens quanto o “desvio semântico” de Durham.
- 50 Para uns e para outros, um conhecimento “do campo” é necessário para “entrar em campo” e ser aceito, mas este conhecimento só se adquire, paradoxalmente, estando em campo. Da mesma forma, como afirma Geertz (1995) em relação à antropologia e vimos na seção 2 quanto ao *outreach*, trata-se de “disciplinas indisciplinadas”: têm metodologias pouco formalizadas, já que dependem dos múltiplos contextos de interação, e se valem de uma ampla variedade de técnicas para estabelecer relações e obter informações/prestar serviços ou cuidado. É interessante como as descrições de Cefaï sobre o aprendizado dos trabalhadores do *outreach* que citei acima – “na base do feeling”, “aprendizado corporal”, “parte de seu saber é fundado na experiência... sob o modo da passividade” (2010:96) – se aproximam daquelas em que discute metodologicamente a etnografia – “... mais que uma metodologia geral, a investigação etnográfica [...] se inclina para o lado do artesanato [...] as competências que ativa são as de um saber encarnado, prático e tático, que se aprende pelo exemplo” (2013:101).
- 51 Ambos têm a ambição de capturar e inscrever sentido, de compreender estilos de vida diferentes dos seus, outras visões de mundo, crenças, regras, práticas, discursos, etc, mediante a realização de trabalho de campo e da imersão no cotidiano das populações que (ou melhor, com que) pesquisam/trabalham. Se interessam ao significado das condutas, assim como reafirmam a ênfase no significado local. Sabem o quanto é de fundamental importância o contexto de interação e a contextualização dos gestos, palavras e atos. Tanto antropólogos quanto trabalhadores de *outreach* acreditam que o trabalho de campo amplia a área de captação de novas categorias, como afirma Peirano; é nesse sentido que podemos entender os esforços dos profissionais de *outreach* que buscam rastrear o surgimento de novas substâncias, modos de uso, etc.
- 52 Da mesma forma que os antropólogos em campo se apoiam no conhecimento detido por seus “informantes privilegiados”, vimos na descrição das experiências de *outreach* em Chicago a importância das equipes formadas por membros do público-alvo. Se pensarmos no paralelo com as origens da antropologia, não poderia ser mais clara a expressão “*indigenous leaders*”, usada para descrevê-los. Embora hoje isso nos pareça, no mínimo, discriminatório e beirando o etnocentrismo (tal como era a relação entre informantes nativos e antropólogo colonialista), tal estratégia foi fundamental para que as ações preventivas fossem efetuadas com êxito, assim como abriu caminho para a participação efetiva dos usuários/atendidos/assistidos na elaboração e avaliação das intervenções. Não pode ser negada a importância desse movimento de inclusão das

populações nas decisões sobre os problemas que afetam suas vidas. Podemos ver reflexos disto até mesmo na elaboração dos filmes estimulados pela PS: eles partiam das preocupações, vivências, dificuldades, questionamentos e desejos dos próprios jovens.

- 53 Nesta forma de colaborar *com* o público, construir *junto* com as populações tocadas as propostas, e não agir *sobre* elas, podemos ver correspondências com a chamada “crítica pós-moderna na antropologia” (Clifford&Marcus, 1986), que denunciava aquela antropologia que tratava os pesquisados como objetos. Ao contrário, tal crítica argumentava pela transformação dessas relações assimétricas em relações dialógicas e de colaboração, restituindo aos interlocutores o estatuto de sujeitos. Pregava uma elaboração dialógica do conhecimento, em conjunto com os pesquisados/assistidos: uma união do saber prático e experiencial do público com o saber técnico-científico dos profissionais. Aqui, podemos pensar na conceituação de Geertz sobre as experiências próximas e distantes, um tipo de saber alimentando o outro para chegar a um entendimento ao mesmo tempo mais amplo e mais situado. E podemos ver seu paralelo na colaboração das ONGs e de seus profissionais com os usuários, por exemplo no caso dos cachimbos de crack. Assim, vemos que tanto uns quanto outros apostam no confronto com a alteridade, no estabelecimento de relações e na tentativa de estabelecer diálogos construtivos que permitam evidenciar diferentes pontos de vista e gerar reflexividade em suas práticas e discursos.
- 54 A primeira objeção à aproximação entre a etnografia e o *outreach* que deve vir à mente é a de que “o etnógrafo grafa”, ou seja, escreve. Mas os profissionais de *outreach* com quem trabalhei, em sua maioria, também o fazem. Realizam pesquisas cientificamente embasadas, preparam trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e doutorado em suas respectivas áreas (em geral, psicologia ou serviço social, mas há também sociólogas/os e antropólogos/as, enfermeiras/os e até administradores/as) e escrevem textos, tanto diários de campo, como relatado nas cenas 2 e 3, quanto artigos e livros, acadêmicos ou não. Vincent Benso, da Techno+, defendeu mestrado em sociologia sobre os revendedores de cocaína nas festas em que atua; o É de Lei tem diversas publicações, inclusive uma (Pupo *et al*, 2018) baseada nos diários de campo dos redutores de danos, que também escreveram dissertações de mestrado (Calil, 2015; Costa, 2017) e teses de doutorado (Domanico, 2006; Calil, 2021); pioneira da *Harm Reduction* na França, Anne Coppel escreveu diversos livros e artigos, alguns dos quais embasam esta pesquisa. Além disso, em todos esses textos, aqueles responsáveis pelo estabelecimento de relações em campo, pelo diálogo com a população e pela coleta de dados são também os que articulam tais dados com as teorias de sua especialidade para escrever propostas, projetos, relatórios e textos acadêmicos, como bem reza o cânone malinowskiano.
- 55 Quanto ao que diferencia a etnografia e o *outreach*, a mais clara diferença é relativa aos objetivos e motivações do trabalho. É possível argumentar que, esquematicamente, o interesse do antropólogo/etnógrafo é realizar uma pesquisa científica, produzir conhecimento, inscrever as informações que obteve em campo e elaborar um texto que dê conta de sua experiência e interação, articular conceitos e teorias. Claro que alguns se preocupam com os usos práticos que tais pesquisas podem ter, e mesmo se empenham para que haja, mas em geral não é esse o objetivo principal. E isso é alvo de críticas e recriminações, tanto dentro da academia quanto fora, ao ponto de certas ONGs e associações não mais aceitarem pesquisadores: tive, mais de uma vez, acesso negado a instituições por ser visto como “*mais um universitário que vem pesquisar e depois*

desaparece". O "desvio semântico" de Durham e mesmo as "antropologias engajadas" (Kirsh, 2018; Pereira, 2020) por vezes se aproximam mais de estratégias para estabelecer relações e de contrapartidas da inserção em campo que de intervenções efetivas.

- 56 Por sua vez, os agentes de prevenção com quem trabalhei frisam que seu objetivo é oferecer o que chamam de "cuidado", que obrigatoriamente deve se inserir na "ética do cuidado" que guia suas ações: ir em direção à população e escutar, ouvir o que têm a dizer, "ofertar testemunho e acolhimento, estar junto" (Martins *et al*, 2018), entender seus problemas e dificuldades, e com eles construir alternativas e soluções. Nas entrevistas que realizei, mencionam como motivações para seu trabalho: "melhorar as condições de vida", "oferecer cuidado", "dar atenção qualificada aos invisíveis", entre outras formulações. Mesmo em seus textos acadêmicos, transparece uma perspectiva de busca de soluções, de oferta de alternativas, de denúncia das práticas que consideram inapropriadas; muitos se aproximam da militância. Assim, os trabalhadores de *outreach* apresentam uma motivação muito mais prática (e política) que aquela dos antropólogos, uma preocupação em utilizar conhecimentos adquiridos em campo para solucionar problemas concretos.
- 57 Além disso, existem diferenças relativas à formação profissional dos antropólogos frente a dos profissionais de *outreach*. Estes são, em sua maioria, psicólogos e profissionais de serviço social. Em suas formações, cursam disciplinas de antropologia – eu mesmo dei aulas de "Antropologia Social e Cultural" para turmas de Psicologia e de Serviço Social. Essas são, porém, disciplinas introdutórias, nas quais se apresenta a história da disciplina e os principais conceitos; mas não há tempo para a realização de pesquisas etnográficas, nem mesmo as mais superficiais. Ensina-se o que se entende por etnografia, os debates na disciplina; mas não como se faz etnografia. Há pouco espaço para discussões metodológicas ou epistemológicas aprofundadas. Caso se proponham a fazer etnografias, precisarão aprender durante o processo, com pouca ou nenhuma base metodológica. O que não significa, nem de longe, que os trabalhadores de *outreach* não reflitam sobre suas práticas, técnicas e metodologias (conferir Martins *et al*, 2018).
- 58 A formação dos antropólogos, seja pela leitura das monografias clássicas da disciplina ou de textos e cursos metodológicos, seja pelo trabalho de campo "forçado" pelos professores, em que aprendem por tentativa e erro, lhes dá um embasamento teórico-metodológico que faz com que compreendam a etnografia como um processo que começa antes do trabalho de campo, já na escolha do tema e no recorte do objeto, na seleção e leitura das teorias (que contribuem para o *framework* mental a partir do qual irão direcionar o olhar em campo) e na elaboração dos projetos de pesquisa; que continua na efetiva ida ao campo e no encontro dialógico com as populações, na recolha dos dados, sua sistematização e análise; e que termina com um produto final – em geral escrito, mas que pode ser, por exemplo, audiovisual – e que, estranhamente, recebe também o nome de etnografia. Assim, etnografia envolve todo o processo de chegar a este produto final, mas também é o produto final ele mesmo. Para alguns antropólogos, este treinamento teórico-metodológico parece fornecer uma aura de "autoridade epistemológica", que já foi criticada por Clifford & Marcus (1986).

Considerações inconclusivas

- 59 Conforme expus no início, o objetivo aqui era, a partir da comparação entre trabalho etnográfico e *outreach work*, realizar uma tentativa de reflexão crítica, analítica e metodológica sobre nossas práticas. Neste sentido, o que praticantes da antropologia/etnografia aprendem com profissionais de *outreach* e vice-versa? No primeiro caso, as práticas dos profissionais de *outreach* podem inspirar antropólogos e etnógrafos a retomarem a ambição de contribuir para a resolução de problemas sociais que afetam as populações com as quais trabalham. É possível identificar alguns motivos para o *métier* antropológico ter se afastado dessa vocação.
- 60 Primeiramente, por certa vergonha de suas origens como instrumento de administração colonial (Asad, 1973), grande parte dos antropólogos se distanciou da intervenção e das implicações políticas de sua atuação. O engajamento político e social das produções científicas não é, em geral, bem-visto dentro dos cânones da disciplina e é, muitas vezes, desencorajado por colegas, orientadores e supervisores, suspeitosos de uma possível perda de neutralidade interpretativa. Muito reveladora, nesse sentido, é a maneira como artigos científicos são rejeitados na avaliação pelos pares por supostos “excesso de militância política” e “falta de objetividade científica”. Como lembra Fleischer (2007), antropologia e intervenção sempre estiveram ligadas, mas muitas vezes de forma implícita e sempre gerando certo mal-estar.
- 61 Em segundo lugar, além dessa “vergonha de origem” da antropologia, há ainda a questão das métricas de avaliação do trabalho e da produtividade de seus profissionais. Tais avaliações utilizam como critério básico de excelência (e, conseqüentemente, de financiamento) a quantidade de publicações, e não o impacto social de suas intervenções. Como afirmam Grunvald e Reis (2021), essa “*verve pela produtividade como atividade última (e única) da atuação acadêmica (...) tem como efeito a desestruturação, senão a própria impossibilidade, de uma atuação social pública e engajada para além dos limites estritos da universidade*” (p.09-10).
- 62 Há diversas discussões em andamento nas ciências sociais que tentam apontar caminhos e possibilidades para mudar esse quadro e superar esse isolamento acadêmico pelo qual somos, como discutido, várias vezes repreendidos: a sociologia pública e a sociologia orientada para políticas públicas (Burawoy, 2005); a antropologia pública (Borofsky e DeLauri, 2019); a citada antropologia engajada (Kirsch, 2018; Pereira, 2020); a pesquisa-ação (Thiollent, 2005); e a antropologia aplicada, que já era controversa nos anos 1940, criticada por E.E Evans-Pritchard [1945(2022)] e também por seus usos militares, como no caso da pesquisa de Ruth Benedict [1946(2019)] encomendada pelos EUA durante a 2ª Guerra Mundial. Posteriormente resgatada por Roger Bastide (1971), a antropologia aplicada tem longa história (vide a *Society for Applied Anthropology*, fundada em 1941 e ainda em atividade) e tem encontrado, mais recentemente, novos campos e formas de atuação, como atesta o dossiê recentemente organizado por Grunvald e Reis (2021).
- 63 Estes autores discutem, entretanto, o dilema antropológico face a este cenário, apontando dois perigos relativos: de um lado, a possibilidade do exercício da antropologia como “*elitismo autocentrado*” de uma disciplina que pouco se relaciona com a sociedade, se configurando em uma “*conversa entre pares*”; de outro, um “*processo de aplicação utilitarista de metodologias e técnicas antropológicas sem levar em conta o referencial ético, político e teórico que lhe dá base e sustenta*” (Grunvald e Reis, 2021, p.6). Um cenário

no qual, segundo Fleischer (2007, p.40), a antropologia tenta encontrar um equilíbrio delicado e instável entre o “*profanar-se extramuros*” e a “*torre de marfim omissa e imóvel*”, gerando antropólogos “anfíbios” que, ao mesmo tempo em que tentam caminhar pela academia, devem nadar na intervenção e na pesquisa aplicada em ONGs, associações, políticas públicas e projetos sociais.

- 64 Temo ter menos a dizer sobre as formas pelas quais os profissionais do *outreach* poderiam se beneficiar da antropologia/etnografia, já que isso depende de quais aspectos do fazer antropológico/etnográfico *eles próprios* julgam poder, ou não, contribuir para suas práticas. De minha parte, tendo a considerar que, ao se apropriarem das reflexões teórico-metodológicas da disciplina que insistem na importância da seleção de conceitos e teorias que direcionarão o olhar em campo e constituirão o arcabouço de interpretação da realidade estudada, podem abrir possibilidades de unir suas práticas de cuidado e de resolução de problemas sociais com os imperativos do trabalho científico, aproximando empiria e teoria, militância e análise, intervenção e ciência. Algo que, como afirmei, muitos já fazem com desenvoltura e competência.
- 65 Finalmente, como insisti, o objetivo deste texto não foi provar se os profissionais de *outreach* fazem etnografia e geram conhecimento etnográfico, entendido nos moldes clássicos da antropologia, ou não. Se fosse obrigado a dar uma resposta, seria um sonoro “depende”. O estatuto dado à etnografia é fundamental nessa decisão: se ela for entendida como sinônimo de trabalho de campo qualitativo (o que é bastante comum), como uma metodologia ou um método de pesquisa disponível para qualquer pesquisador que vai a campo, acredito que sim. O trabalho de campo não é exclusivo da antropologia, tal como afirma Cefaï, citado páginas atrás, para quem outros pesquisadores que realizam observação participante podem produzir conhecimento considerado etnográfico – desde que cumpram os “deveres” metodológicos.
- 66 De outro lado, se a etnografia for entendida nos moldes de Peirano, como “teoria vivida” ou “ideia-mãe da antropologia”, o potencial de controvérsia aumenta. Alguns antropólogos são bastante ciosos acerca da etnografia, a tratando como propriedade ou marca registrada da disciplina. Para muitos, o trabalho só é etnográfico se houver diálogo íntimo e metodologicamente mediado entre a empiria e a teoria (que deve ser antropológica), desconfiando de etnografias vindas de outras áreas, mesmo próximas. Com efeito, conforme afirma Fonseca (1999), quando profissionais de outras áreas buscam na etnografia formas de se distanciar de seus métodos clássicos em prol de algo “mais aberto”, mas sem a preparação adequada, correm o risco de, em vez de realizarem uma costura interdisciplinar, caírem “*em um território nem lá, nem cá*” (1999:66). Não é o caso aqui de afirmar que “qualquer um pode ser etnógrafo” e nem, contrariamente, de ignorar que profissionais do *outreach* possam escrever ótimas etnografias. A pretensão foi, num jogo de espelhos, apontar alguns caminhos para repensarmos estas duas práticas e tradições de atuar fora da “zona de conforto”, de ir em direção ao “público”, seja na rua, numa ilha, no parque, na cena de uso de crack, em uma aldeia ou em uma festa *rave*.

BIBLIOGRAFIA

- ASAD, Talal. **Anthropology and the colonial encounter**. New York, Humanity Press, 1973.
- BASTIDE, Roger. **Anthropologie Appliquée**. Paris, Payot, 1971.
- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. Petrópolis, Vozes, [1946 (2019)]
- BOROFKY, Robert; DE LAURI, Antonio. Public anthropology in changing times. **Public Anthropologist**, v.1, p.3-19, 2019.
- BURAWOY, Michael. For public sociology. **American Sociological Review**, v.70, p.4-28, 2005
- CALIL, Thiago; CASTRO, Glauber. Insumos e outros territórios: relato de uma abertura de campo no centro de São Paulo. IN: PUPPO, J. *et al* (orgs). **Cuidado na rua: ações de redução de danos em contexto do uso de drogas no centro da cidade de São Paulo**. São Paulo, Centro de Convivência É de Lei, 2018.
- CALIL, Thiago. **Condições do lugar: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia**. Dissertação (Mestrado) em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2015.
- **Cenas públicas de uso de drogas e a produção do risco em cidades latino-americanas: consumo do espaço e efeitos sociais**. Tese (doutorado) em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2021
- CAVALCANTI, Lia. De la nécessité de réinventer la prévention. **Peddro**, p.110-115, 2001.
- CEFAÏ, Daniel. Provações Corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova**, São Paulo, 79, p.71-110, 2010.
- Outreach work in Paris: A moral ethnography of social work and nursing with homeless people. **Human Studies**, vol. 37/4, 2014.
- **Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa**. Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, p. 9-36, 2011,
- ¿Qué es la etnografía?. **Persona y sociedad**, XXVII (1), pp. 101-119, 2013.
- CLIFFORD, James. **The predicament of culture: 20th century ethnography, literature and art**. Cambridge, Harvard University Press, 1988.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George (eds). **Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- COPPEL, Anne. L'outreach: l'art difficile de toucher les populations exclues. **Peddro**, número especial, Unesco, 2001.
- L'ethnographie à la rencontre des toxicomanes. In: COPPEL, A. Peut-on civiliser les drogues? Paris, La Découverte, 2002a.
- Chicago ou la naissance de l'outreach. In: COPPEL, A. Peut-on civiliser les drogues? Paris, La Découverte, 2002b.

- COSTA, Roberta. Mil fitas na Cracolândia: Amanhã é domingo e a Craco Resiste. Dissertação (Mestrado) em Filosofia, Universidade de São Paulo, 2017.
- COULON, Alain. A Escola de Chicago. Campinas, Papyrus, 1995.
- DASES Paris. La prévention spécialisée à Paris. Département de Paris, Bureau des activités de prévention pour la jeunesse, 2011.
- DEWSON, Sara. **Maximising the Role of Outreach in Client Engagement**. Research Report 326, Department for Work and Pensions, 2006.
- DOMANICO, Andrea. **Craqueiros e cracados: bem-vindo ao mundo dos nóias**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2006.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. IN: CARDOSO, R. (org) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- EMCDDA- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction. **Outreach work among drug users in Europe**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1999.
- ERICKSON, F. Métodos cualitativos de investigación. In: WITTROCK, M. **La investigación de la enseñanza, II**. Barcelona- Buenos Aires: Paidós, p.195-299, 1989.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. Antropologia Aplicada. **Cadernos de Campo**, 31 (1), [1945(2022)].
- FLEISCHER, Soraya. Antropólogos “anfíbios”? Alguns comentários sobre a relação entre antropologia e intervenção no Brasil. **Anthropológicas**, ano 11, v.18(1), p.37-70, 2007.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO É um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, (São Paulo), 10, p.58-78, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- _____. **After the fact: two countries, four decades, one anthropologist**. Cambridge, Harvard University Press, 1995.
- _____. **O Saber Local**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- GRUNVALD, Vi; REIS, Felipe. Antropologia pública, engajada e/ou aplicada: dilema de atuação social para além da universidade. **Iluminuras**, v.22, n.57, p.5-18, 2021
- HUGHES, P. H. **Behind the Wall of Respect**. The University of Chicago Press, Chicago-London, 1977.
- INGOLD, Tim. Epilogue: Anthropology is not Ethnography. In: _____. **Being Alive**. Routledge: London and New York, pp. 229-243, 2011.
- _____. Anthropology contra ethnography. **HAU: Journal of ethnographic theory**, v.7, n. 1, pp.21-26, 2017.
- JOUBERT, Michel. Évaluer la prévention des conduites à risques Enjeux théoriques, politiques et professionnels. In: Pilar Giroux-Arcella *et al.*, **Villes et toxicomanies**, ERES- Questions vives sur la banlieue, p. 377-392, 2005.
- JOUBERT, Michel *et al.* **Les conduites à risques: penser et agir la prévention**. Conseil général de la Seine-Saint-Denis, 2007.
- KIRSCH, Stuart. **Engaged Anthropology**. Oakland: University of California Press, 2018.

- LOPEZ, Graciela. O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. *Textura*, Canoas, n.1, p.45-50, 1999.
- MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 17 (49), p.11-29, 2002.
- Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARCUS, George; CUSHMAN, Dick. Ethnographies as texts. **Annual Review of Anthropology**, California, v. 11, p. 25-69, 1982.
- MARTINS, Raonna; *et al.* Prevenção – Redução de Danos: des-aproximações arriscadas. IN: PUPO, J. *et al.* (orgs). **Cuidado na rua: ações de redução de danos em contexto do uso de drogas no centro da cidade de São Paulo**. São Paulo, Centro de Convivência É de Lei, 2018.
- NAKAMURA, Eunice. O método etnográfico em pesquisas na área da Saúde: uma reflexão antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.20, n.1, p.95-103, 2011.
- OLIVEIRA, Alan. **Miguilim foi pra cidade ser cantor: uma antropologia da música sertaneja**. Tese (Doutorado) em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2009.
- PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 16(6), p.43-50, 1991.
- **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- Etnografia, ou a teoria vivida. **PontoUrbe** [Online], 2, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1890>
- Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PEREIRA, Alexandre. Etnografar e intervir: relato de uma antropologia engajada. **Cadernos de Campo** (São Paulo), vol.29 (suplemento), p.216-224, 2020.
- PUPO, Julia; *et al.* (orgs). **Cuidado na rua: ações de redução de danos em contexto do uso de drogas no centro da cidade de São Paulo**. São Paulo, Centro de Convivência É de Lei, 2018.
- RHODES, Tim. **Outreach Work with Drug Users: Principles and Practice**. Strasbourg, Council of Europe, 1996.
- ROCHA, Gilmar. A etnografia como categoria de pensamento na antropologia moderna. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 99-114, 2006.
- RODRIGUES, Tiago Hyra. **Tirando do crime e dando oportunidade: estratégias educacionais de prevenção das violências em duas ONGs de Florianópolis, SC**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSC, Florianópolis, 2011.
- Preventing drug-trafficking associated risks in France. Apresentação oral: **British Sociological Association's Risk & Society Study Group Conference 2019**, Londres, 2019.
- Metamorfoses da Prevenção: prevenindo condutas de risco na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n.108, 2022.
- SILVA, Vagner. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo, Edusp, 2000.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, 2005.

URIARTE, Urpi. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **PontoUrbe** [online], 12, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/300>

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O campo na selva, visto da praia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 170-190, 1992.

NOTAS

1. Agradeço a Maria Hermínia Tavares de Almeida, Vera Schattan Coelho, Ronaldo de Almeida, Maurício Fiore, Edward MacRae, Regina de Paula Medeiros e aos colegas do Programa Internacional de Pós-Doutorado do CEBRAP pelas generosas leituras, sugestões e comentários a versões anteriores do texto.
2. Pesquisa realizada com o apoio da Fapesp, processo 2017/14862-5.
3. Utilizo aqui o termo *outreach* e não suas traduções em português por ser mais amplo e abarcar mais modalidades de ação: “abordagem de rua” não se aplica à Techno+, que atua em festas; já “busca ativa” é mais usado no contexto da promoção da saúde.
4. Todas as citações em francês, inglês e espanhol foram traduzidas pelo autor.
5. Quando apresentei uma versão deste artigo num seminário, meu debatedor lembrou que as origens do *outreach* (ou ao menos a inspiração para ele) podem ser bem mais antigas: os missionários religiosos, cujos relatos, por coincidência, estavam entre as primeiras fontes utilizadas pelos antropólogos.
6. Esta publicação apresenta artigos elaborados pelos redutores de danos a partir de suas experiências de campo. Um dos textos (Calil & Castro, 2018) narra as estratégias e negociações utilizadas para estabelecer relações em uma cena de uso de crack.
7. No caso da EGO, foram os técnicos da própria instituição. O É de Lei recebeu cachimbos elaborados pelo Ministério da Saúde.
8. Se a discussão a seguir sobre o trabalho de campo etnográfico parece um tanto idealizada, deixando de lado o potencial de tensões, conflitos e violência inscrito no estabelecimento de relações com os “pesquisados”, é porque a intenção é apresentar o modelo propagado da disciplina, e porque já discuti as relações entre trabalho de campo etnográfico e violência em outros trabalhos (Rodrigues, 2011).

RESUMOS

O *outreach* é um conjunto de abordagens que busca oferecer serviços ou assistência a populações que, de outra forma, não teriam acesso a eles. Alguns autores afirmam que, ao realizar trabalho de campo, priorizar o estabelecimento de relações e o contato direto com o público, procurando compreender seus estilos de vida e se valendo de sua experiência para elaborar intervenções, essa abordagem teria diversos pontos em comum com o método etnográfico utilizado pelos antropólogos. Ancorado na pesquisa realizada com instituições de prevenção que empregam o *outreach* em Paris (FR) e em São Paulo (BR), este artigo propõe relatar brevemente a história dessa abordagem, descrever algumas de suas técnicas e metodologias, e repensar suas proximidades e distâncias com o fazer etnográfico.

Outreach is a set of approaches that seeks to offer services or assistance to populations that would otherwise have no access to them. Some authors claim that it carries out fieldwork, focusing on establishing relationships, in privileging direct contact with the public, aiming to understand their lifestyles and drawing on their experience to develop interventions, this approach would have several similarities with the ethnographic method used by anthropologists. Grounded in research conducted with prevention institutions that employ outreach in Paris (FR) and São Paulo (BR), this article proposes to briefly report the history of this approach, to describe its techniques and methodologies, and to rethink its closeness/distance rapport to ethnographic craft.

ÍNDICE

Keywords: outreach, ethnography, fieldwork, prevention, ethnographic method

Mots-clés: outreach, etnografia, trabalho de campo, prevenção, método etnográfico

AUTOR

TIAGO HYRA RODRIGUES

Doutor em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha, ES, Brasil; Pesquisador de pós-doutorado vinculado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, SP, Brasil.

Email: tiagohyra@gmail.com

Orcid:

<https://orcid.org/0000-0003-2060-7427>